

## **JUSTIFICATIVA DISPENSA DE LICITAÇÃO**

O **CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE - CONIMS**, CNPJ n.º 00.136.858/0001-88, situado na Rua Afonso Pena, n.º 1902, Bairro Anchieta, Pato Branco/PR vem justificar a presente dispensa de licitação, para atendimento as necessidades deste CONIMS.

### **1. OBJETO E LEI DE REGÊNCIA**

**1.1.** Aquisição emergencial de peças de reposição novas e originais para aparelho Central de Ar Condicionado modelo RXYQ18PTL8 destinadas à manutenção corretiva do equipamento, para atendimento às necessidades do Consórcio Intermunicipal de Saúde – CONIMS, de acordo com as condições e especificações constantes no aviso de contratação direta e seus anexos.

**1.2.** Sendo processado e julgado em conformidade com as disposições deste termo e seus anexos, inciso VIII do artigo 75 da Lei n.º 14.133/2021 e Resolução CONIMS nº 012/2025 e demais legislações aplicáveis.

### **2. JUSTIFICATIVA**

Considerando a justificativa da demanda apresentada pela Coordenadora do Setor de Manutenção e Patrimônio, a quem se incumbe da justificativa técnica e necessidade operacional da presente contratação, bem como da situação emergencial.

Considerando que a contratação se mostra necessária para garantir condições adequadas de funcionamento dos ambientes administrativos, preservando o conforto térmico de servidores e usuários, impactando diretamente a eficiência e a continuidade dos serviços públicos prestados.

Considerado que presente contratação possui caráter emergencial, tendo por finalidade assegurar a adequada climatização dos ambientes do Consórcio, contribuindo para a manutenção das condições de trabalho, a preservação de equipamentos e a continuidade dos serviços públicos de saúde prestados pelo CONIMS.

Considerando que não será utilizado o item referente à aquisição de peças previsto no Credenciamento nº 002/2024, conforme devidamente justificado pela Coordenadora do Setor de Manutenção e Patrimônio no Documento de Formalização da Demanda (DFD).

Considerando Resolução nº 147/2023, deste CONIMS em seu artigo 6º, a qual fica dispensada a realização do estudo técnico preliminar, para os casos de contratação direta na modalidade dispensa de licitação.

Considerando Parecer Referencial nº 012/2025, a qual fica dispensada o parecer jurídico para contratação direta por dispensa de licitação de pequeno valor.

Considerando o caráter emergencial da demanda e a urgência na adoção das providências necessárias, bem como que o Documento de Formalização da Demanda

encaminhado pelo setor demandante contempla orçamentos obtidos junto a fornecedores do ramo, viabilizando a análise de preços, não será realizada a publicação de Aviso de Contratação, a fim de garantir a imediata solução do problema e evitar prejuízos à continuidade das atividades institucionais.

Considerando-se que as contratações atuais com objetos semelhantes não ultrapassam o valor máximo para contratações por dispensa de licitação, sendo observado o que consta na resolução CONIMS N° 012/2025.

(...)

*§ 1º Para fins de aferição dos valores que atendam aos limites referidos nos incisos I e II do caput deste artigo, deverão ser observados:*

*I - o somatório do que for despendido **no exercício financeiro** pela respectiva unidade gestora;*

*II - o somatório da despesa realizada com objetos de mesma natureza, entendidos como tais aqueles relativos a contratações no **mesmo ramo de atividade**.*

(...)

*§ 8º Considera-se ramo de atividade o segmento econômico de mercado à qual pertença o objeto da contratação, podendo ser identificado, de forma auxiliar e não exclusiva, pela subclasse da Classificação Nacional de Atividades Econômicas (CNAE), devendo-se considerar, com prioridade, a natureza do objeto contratado, sua finalidade pública, sua identidade funcional e a possibilidade de contratação conjunta, sob o ponto de vista do planejamento da Administração;*

Considerando o disposto na resolução, verifica-se que o objeto em análise se enquadra como bem comum, cujas especificações são usuais no mercado e passíveis de definição objetiva.

Assim, conforme a natureza e finalidade do objeto, o enquadramento está em conformidade com o entendimento da norma mencionada.

Considerando-se se tratar de bens comuns, facilmente identificados por parâmetros mercadológicos.

Portanto, ante a prévia análise conclui-se a dispensa de licitação a melhor forma de contratação em virtude da emergência do objeto enquadrar-se no dispositivo legal, inciso VIII do art. 75, da Lei n° 14.133/21.

Pato Branco/PR, 23 de fevereiro de 2026.

**VILMAR SCHMOLLER**  
**PRESIDENTE**

## Assinantes

---

## Veracidade do documento



Documento assinado digitalmente.

Verifique a veracidade utilizando o QR Code ao lado ou acesse o site **verificador-assinaturas.plataforma.betha.cloud** e insira o código abaixo:

**ZPM****KXX****EDD****RN6**